



Mafra

2.º REOT

Resumo
[2024]

RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
Estratégia para um desenvolvimento sustentável

o ordenamento por missão ●



o território no coração ●

Câmara Municipal de Mafra, 2024

Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território do Município de Mafra - Resumo



RESUMO

O Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território (REOT) é o instrumento de avaliação da execução do Plano Diretor Municipal (PDM), a submeter à apreciação da Assembleia Municipal, elaborado de quatro em quatro anos, de acordo com o artigo 189.º, n.º 3, do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), na sua atual redação. Acresce, nos termos do artigo 57.º, n.º 4, da Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBGPPSOTU), a necessidade que a alteração, revisão ou revogação de um plano territorial ou programa deve ser fundamentada através do respetivo relatório de execução.

Neste sentido, a Câmara Municipal de Mafra (CMM) elaborou o 1.º REOT em resultado da avaliação e monitorização da 1.ª revisão do PDM de Mafra (PDMM), e apresentou à Assembleia Municipal, tendo sido sujeito a discussão pública conforme Aviso n.º 767/2021, de 12 de janeiro (Diário da República n.º 7/2021, Série II).

O sistema de monitorização constitui uma ferramenta de gestão que permite conhecer a complexidade do estado do território num determinado momento, analisar as diversas tomadas de decisão técnicas e políticas, constituindo uma base de dados referencial.

Foram ponderados e analisados 77 indicadores de monitorização, aquando da elaboração do 1.º REOT, que foram considerados prioritários, para a avaliação do plano.

Neste 2.º REOT, pretende-se reavaliar os indicadores de monitorização apresentados, mantendo ou substituindo-os por outros que melhor se adequem à monitorização e avaliação dos principais objetivos estratégicos do PDMM.

Palavras-chave: Ordenamento do Território, Planeamento Territorial, Sustentabilidade, Resiliência, Monitorização.

INTRODUÇÃO

O **Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território** (REOT) é o instrumento de avaliação da execução do Plano Diretor Municipal (PDM), a submeter à apreciação da Assembleia Municipal, elaborado de quatro em quatro anos, de acordo com o artigo 189.º, n.º 3, do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), na sua atual redação. Ao mesmo tempo, nos termos do artigo 57.º, n.º 4, da Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBGPPSOTU), a necessidade de alteração, revisão ou revogação de um plano territorial ou programa deve ser fundamentada através do respetivo relatório de execução, ou seja, no REOT.

Neste sentido, a Câmara Municipal de Mafra (CMM) elaborou o 1.º REOT, resultado da avaliação da 1.ª revisão do PDM de Mafra (PDMM), e apresentou à Assembleia Municipal, após período de discussão pública conforme Aviso n.º 767/2021, de 12 de janeiro (Diário da República n.º 7/2021, Série II). A entrada em vigor da 1.ª revisão do PDMM, aprovado por deliberação da Assembleia Municipal em sessão extraordinária de 30 de abril de 2015, e publicado através do Aviso n.º 6614/2015, de 15 de junho (Diário da República n.º 114/2015, Série II) determinou o início de um novo ciclo de planeamento e de gestão do território, bem como, de um processo de avaliação e monitorização do estado do ordenamento do território, materializado no 1.º REOT.

Conquanto o 1º REOT se encontre válido e eficaz, face à dinâmica de desenvolvimento do território municipal e aos prazos legais, com a publicação de novos planos, programas ou estratégias municipais, nas mais diversas áreas de competência municipal, e a publicação dos resultados definitivos dos Censos 2021¹, tornou-se fundamental a sua atualização, em especial, dos indicadores de monitorização, bem como uma reflexão e seleção de principais indicadores que promovam o desenvolvimento integrado e sustentável do território do município de Mafra.

No presente REOT analisam-se os objetivos e as linhas estratégicas que materializam a visão para o município de Mafra, para um novo ciclo de planeamento (2025-2035).

Importa salientar que a visão constitui uma análise e reflexão complexa sobre o território, com base nas suas dinâmicas transformativas, nas oportunidades estratégicas e desafios futuros que permitirão destacar o município de Mafra no contexto da região, em especial, ao nível da NUTS II [Regulamento Delegado (EU) 2023/674], nomeadamente, inserido na Grande Lisboa, comparativamente às regiões da Península de Setúbal e do Oeste e Vale do Tejo, assim como, num contexto nacional.

Face ao contexto atual e ao aumento do envolvimento e participação cívica no processo de planeamento por parte de cidadãos/ munícipes, onde o desenvolvimento sustentável se afirma como fundamental, compete aos técnicos municipais e decisores políticos conceberem e executarem planos territoriais mais ajustados ao território e eficazes na resposta às reais

¹ Instituto Nacional de Estatística (INE). XVI Recenseamento Geral da População e VI Recenseamento Geral da Habitação. Resultados Definitivos publicados em 2022.

necessidades, salvaguardando-se o interesse público, para um desenvolvimento mais harmonioso do território municipal.

Para concretizar tal objetivo, o sistema de monitorização constitui uma ferramenta de gestão que permite conhecer a complexidade do estado do território num determinado momento, analisar as diversas tomadas de decisão técnicas e políticas, constituindo uma base de dados geográfica fundamental para todo o processo e dinâmica de planeamento e ordenamento do território do município de Mafra.

No 1.º REOT foram ponderados e analisados 77 indicadores de monitorização, considerados prioritários, para a avaliação do PDMM. No 2.º REOT, será adotada uma nova abordagem metodológica, na qual se pretende reavaliar os indicadores de monitorização, mantendo-os ou substituindo-os, por outros que se adequem melhor à monitorização e avaliação dos principais objetivos estratégicos e segundo a versão atualizada do PDMM, conforme Aviso n.º 5280/2023, de 13 de março. A definição dos indicadores de monitorização é de extrema importância, porque estes fornecem uma panóplia de informações relevantes (social, económica, ambiental e territorial), para a monitorização da dinâmica municipal, o que nos permite identificar tendências, assim como avaliar comportamentos/desvios e identificar situações de risco bem como de oportunidades.

A avaliação poderá fundamentar propostas de revisão do plano, bem como dos respetivos mecanismos de execução (artigo 188.º do RJIGT), com o objetivo de:

- Assegurar a concretização dos fins do plano, tanto ao nível da execução como dos objetivos a médio e longo prazo (alínea a);
- Garantir a criação ou alteração coordenada das infraestruturas e dos equipamentos (alínea b);
- Corrigir distorções de oferta no mercado imobiliário (alínea c);
- Garantir a oferta de terrenos e lotes destinados a edificações, com rendas ou a custos controlados (alínea d);
- Promover a melhoria de qualidade de vida e a defesa dos valores ambientais e paisagísticos (alínea e).

1.1. Organização do relatório

Para uma melhor consulta e interpretação dos conteúdos temáticos apresentados, o 2.º REOT do município de Mafra é constituído por:

- Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território: Estratégia para um desenvolvimento sustentável;
- Anexo I – Sistema de Indicadores para o Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território do Município de Mafra.

O presente relatório encontra-se organizado e estruturado em seis capítulos, dividindo-se cada um deles em vários subcapítulos, devidamente numerados:

Capítulo 1 – **Introdução**, onde se apresenta a composição e organização do relatório, com um enquadramento legal/ histórico e cronológico da dinâmica do PDM, explicitação da abordagem metodológica utilizada para a seleção dos indicadores de monitorização e um subcapítulo destinado ao envolvimento e comunicação com os munícipes;

Capítulo 2 – **Sistema de monitorização** – procede-se à análise dos vários tipos de indicadores, para a avaliação do processo de Planeamento e Ordenamento do Território;

Capítulo 3 – **Avaliação da estratégia territorial** – onde se desenvolve o tema da salvaguarda e promoção do património natural e cultural, a consolidação do sistema urbano, a promoção das atividades económicas, a consolidação das acessibilidades e a redefinição do modelo de ocupação espacial;

Capítulo 4 – **Avaliação do Programa de Execução do PDM** – onde se procede à análise das ações propostas pelos diferentes domínios desde as Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG), as Infraestruturas, os Espaços Verdes ou de Uso Coletivo e os Equipamentos;

Capítulo 5 – **Conclusões e recomendações**, onde são apresentadas conclusões e recomendações que podem justificar a necessidade de revisão do plano.

1.2. Enquadramento legal

O PDM pretende estabelecer uma estrutura espacial, a classificação e qualificação do regime do uso do solo, a transformação e os parâmetros de utilização e ocupação do solo, assim como a articulação das orientações estratégicas dos instrumentos hierarquicamente superiores que abrangem o território municipal.

Através dos procedimentos da dinâmica do PDM, previstos no atual RJIGT (Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio), é possível atualizar o plano face à entrada em vigor de leis ou regulamentos; à necessidade de compatibilização com outros programas ou planos; ou de acordo com a evolução de condições socioeconómicas, ambientais ou culturais.

Nos termos do RJIGT, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, publicado na sua atual redação no Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, é o REOT que deverá fundamentar uma eventual necessidade de revisão ou alteração, devendo traduzir o balanço da execução dos planos territoriais, objeto de avaliação, bem como dos níveis de coordenação interna e externa obtidos.

Na tabela 1 apresenta-se um resumo da dinâmica dos procedimentos de planeamento e gestão territorial do Município, ao nível do PDM de Mafra, procedendo ao enquadramento histórico deste instrumento.

Tabela 1: Enquadramento legal da dinâmica do PDM de Mafra.

Dinâmica	Publicação no Diário da República	Data da publicação
1º PDM de Mafra	RCM n.º 179/1995, 27/12 – DR n.º 14, IS-B	27/12/1995
1ª delimitação da REN Mafra	RCM n.º 42/2002, 12/03 – DR n.º 60, IS-B	12/03/2002
1ª alteração PDM-Ecoparque Abrunheira	Aviso n.º 10267/2010, 24/05 – DR n.º 100, IIS	24/05/2010
1ª revisão PDM	Aviso n.º 6614/2015, 15/06 – DR n.º 114 IIS	15/06/2015
2ª delimitação da REN Mafra	Portaria n.º 292/2015, 18/09 – DR n.º 183, IS	18/09/2015
1ª alteração/adaptação PDM-POOCAM	Declaração n.º 74/2017, 18/09 – DR n.º 180, IIS	18/09/2017
2ª alteração/adaptação PDM-REN	Declaração n.º 20/2018, 28/05 – DR n.º 120, IIS	28/05/2018
1ª correção material PDM	Declaração n.º 26/2018, 12/06 – DR n.º 112, IIS	12/06/2018
3ª alteração/adaptação PDM-POC-ACE	Declaração n.º 54/2019, 13/08 – DR n.º 154, IIS	13/08/2019
1º REOT	Aviso n.º 767/2021, 12/01 – DR n.º 7, IIS	12/01/2021
4ª alteração/adaptação PDM-PMDFCI	Declaração n.º 55/2021, 15/06 – DR n.º 114, IIS	15/06/2021
5ª alteração/adaptação PDM-Património	Declaração n.º 61/2021, 09/07 – DR n.º 132, IIS	09/07/2021
1ª alteração/ “normal” PDM-RJIGT	Aviso n.º 5280/2023, 13/03 – DR n.º 51, IIS	13/03/2023
2ª correção material PDM-ColorADD	Declaração n.º 67/2023, 07/08 – DR n.º 152, IIS	07/08/2023
2ª Revisão PDM (a decorrer)	Aviso n.º 3108/2024, 7/02 – DR n.º 27, IIS	07/02/2024

1.3. Metodologia

O processo de ordenamento do território é desafiante, pelo que deve ser realizado de uma forma transversal e multidisciplinar, de modo a assegurar um planeamento adaptativo e assim tornar o território resiliente e sustentável.

Para a monitorização do Estado do Ordenamento do Território, pretende-se:

- Selecionar uma base de indicadores, que demonstre os resultados das dinâmicas territoriais, que constitua o Sistema de Indicadores;
- Realizar a gestão do sistema de indicadores, fiáveis e mensuráveis;
- Criar um regime de sinergias entre as diferentes unidades orgânicas do município.

Para a seleção da base de indicadores, a equipa interna recorreu ao Instituto Nacional de Estatística (INE), bem como aos dados disponíveis nas diferentes unidades orgânicas deste município. Após a seleção dos indicadores foi criada uma base de dados interna, apresentada no Sistema de Indicadores (ver anexo 1) que permitiu a elaboração do REOT.

As unidades orgânicas correspondem à estrutura organizacional do município, conforme o Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, Estrutura e Competências (ROSMEC),

publicado em Diário da República, 2ª série, n.º 154, através do Aviso n.º 12908/2019, de 13 de agosto e atualmente em vigor.

O município de Mafra iniciou o processo de avaliação tendo como base uma visão integrada do planeamento, auscultando as necessidades de investimento, quer sejam municipais, nacionais ou recorrendo a fundos comunitários, definindo uma gestão interna de todo o processo, o que permitiu analisar o rendimento, no sentido do que se deve fazer, para posteriormente obter resultados e alcançar um sistema de avaliação de todo o processo, conforme se ilustra na figura 1.

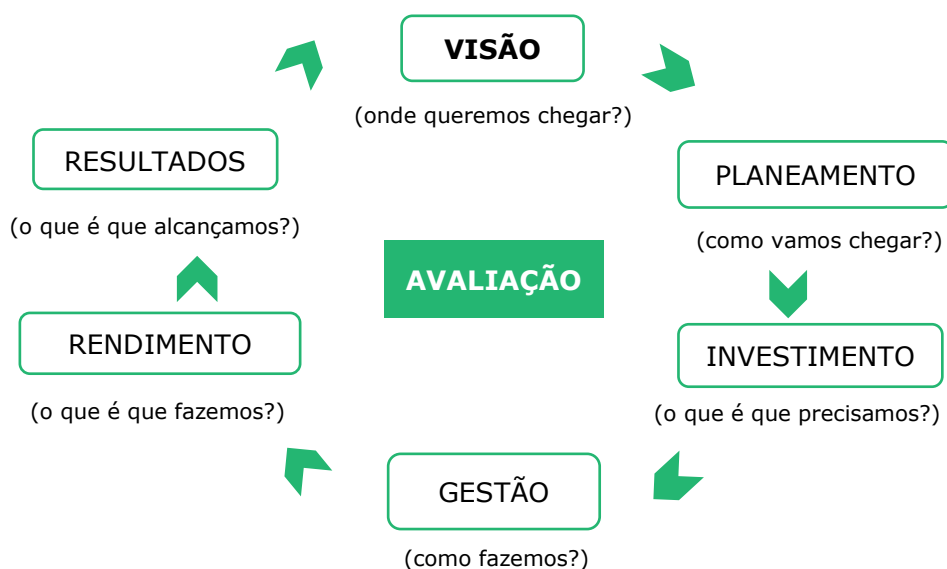


Figura 1: Gestão da avaliação do processo de planeamento e ordenamento do território.

Fonte: Adaptado de (Hockings, Stolton , & Dudley, 2000) in (Portugal, 2002).

Desta forma, a elaboração do REOT engloba um conjunto de fases que abaixo se identificam (figura 2):

- 1.ª Fase** – Recolha de informação;
- 2.ª Fase** – Tratamento e análise, sistematizados no Sistema de Indicadores;
- 3.ª Fase** – Apresentação de resultados, com a elaboração do Relatório;
- 4.ª Fase** – Discussão pública;
- 5.ª Fase** – Aprovação;
- 6.ª Fase** – Divulgação de resultados.

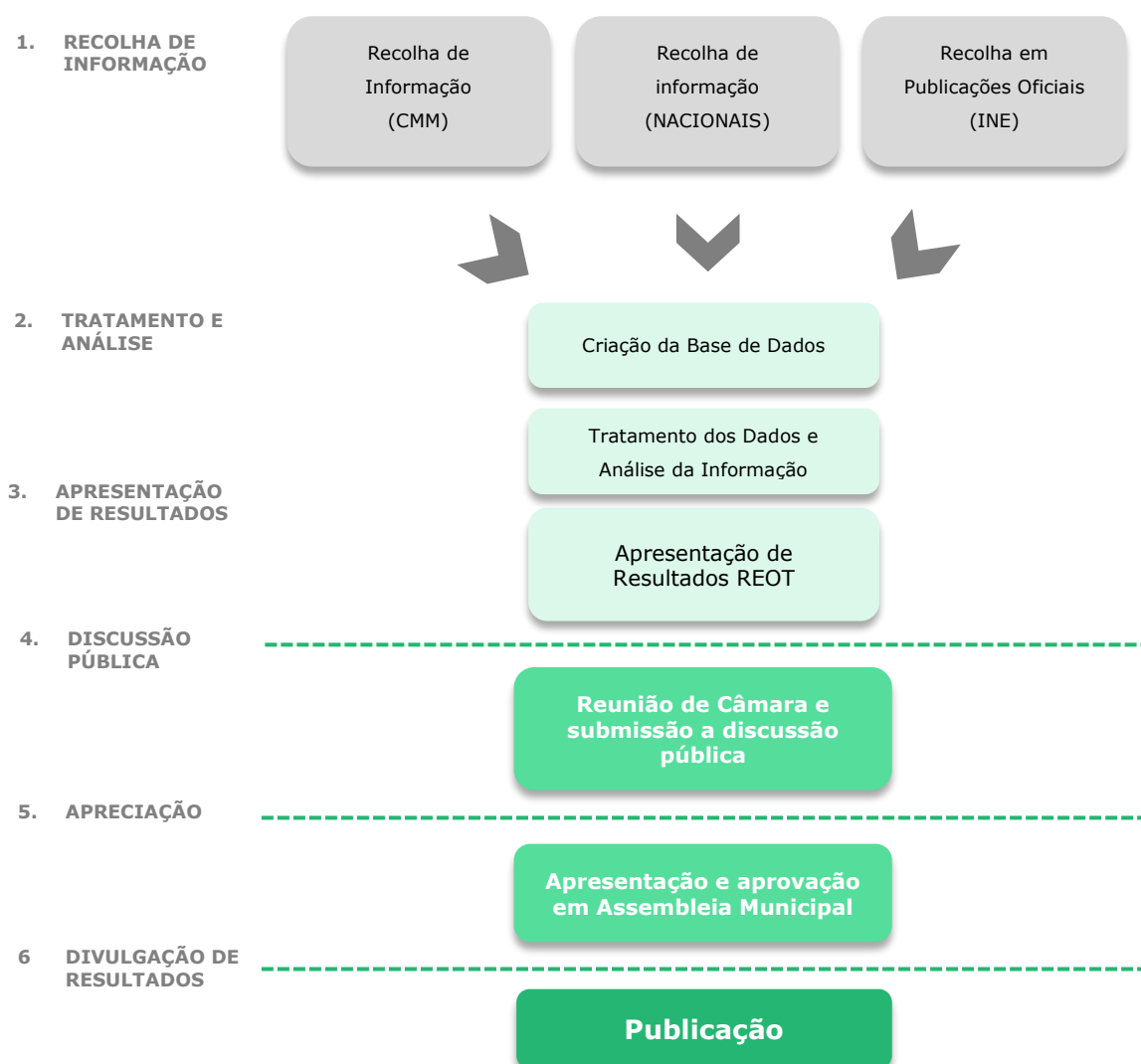


Figura 2: Fases do Procedimento do REOT

1.4. Comunicação com os municípios

De acordo com os princípios da transparência e imparcialidade na administração pública e atendendo ainda à necessidade de promover a participação dos interessados no processo de avaliação e monitorização do PDM, o município de Mafra, irá após a conclusão do REOT, proceder a um período de discussão pública de 30 dias, de acordo com o artigo 189.º, n.º 5, do decreto-lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

Após a publicação e divulgação, será desenvolvida e apresentada a plataforma digital de monitorização do ordenamento do território de Mafra (SMOT), que permitirá o acompanhamento das dinâmicas do processo de transformação do sistema de gestão territorial.

1.5. Objetivos do REOT

- Monitorizar os cinco referidos objetivos estratégicos definidos no PDM – Visão estratégica para o concelho de Mafra – avaliados 89 indicadores de monitorização, sendo que para cada um destes foram propostas medidas e ações a desenvolver;
- Avaliar a dimensão estratégica do planeamento e que se traduz na monitorização do grau de implementação do PDM - Programa de Execução;
- Prever um conjunto de recomendações para a 2.ª Revisão do PDM;
- Promover o envolvimento e comunicação com os municípios

1.6. Avaliação do programa de execução do PDM

O Programa Geral de Execução do PDMM estabeleceu, de forma programada e sistemática, a realização de um conjunto de intervenções materializadas, incidindo sobre os domínios dos IGT, das unidades operativas de planeamento e gestão, das redes de infraestruturas, dos espaços verdes ou de uso coletivo, e dos equipamentos.

A programação apresentada constituía-se como um instrumento estratégico orientador da planificação das ações da câmara municipal a curto, médio ou longo prazo, fazendo depender a realização concreta das intervenções previstas das oportunidades, meios disponíveis e efetiva necessidade face às dinâmicas territoriais e socioeconómicas, entretanto verificadas.

Nesse sentido, a avaliação do grau de concretização das intervenções previstas não define, de forma direta e absoluta, a eficácia da mesma para a concretização dos princípios e objetivos prosseguidos pelo Plano.

Os quatro domínios de ação, considerados prioritários para o ano horizonte do PDM e para a implementação das estratégias de revisão do plano são:

- A – Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG);

- B – Redes de infraestruturas;
- C – Espaços verdes ou de uso coletivo;
- D – Equipamentos.

A - Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG)

As UOPG correspondem a áreas territorialmente delimitadas na planta de ordenamento do PDM, constituindo-se como mecanismos de gestão territorial visando, por um lado, estabelecer os objetivos e os termos de referência a que devem obedecer os subsequentes planos de urbanização ou de pormenor e, por outro, estabelecer regras supletivas de controlo sobre o regime de ocupação, uso e transformação do solo até à vigência dos referidos planos. Em muitos casos, as UOPG desdobram-se em subunidades operativas, correspondendo ou a áreas a sujeitar a PMOT de menor escala ou a áreas a sujeitar a regras supletivas específicas.

Em termos globais, verifica-se que dos 18 Planos de ação para as 27 UOPG previstas no PDMM:

- 2 encontra-se suspensas a aguardar pareceres de entidades externas ou decisão política;
- 1 encontra-se executada;
- 1 encontra-se executada por via da entrada em vigor do POC-ACE;
- 1 encontra-se em execução, face à elevação do Real Edifício de Maфра a Património da UNESCO;
- 17 encontram-se por executar.

Tabela 2: Avaliação da execução das ações previstas no plano de ação das UOPG.

Programa de Execução do PDM2015 [Plano de ação das UOPG]		Execução		
		Data de conclusão	Estado [*]	Taxa [%]
Ações previstas				
A.1.	PU de Maфра	-	Não executada	0
A.2.	PU da Ericeira	-	Não executada	0
A.3.	PU da Malveira e Venda do Pinheiro	-	Não executada	0
A.4.	PU para os núcleos urbanos nível II:			
	Encarnação (UOPG 7)	-	Não executada	0%
	Sobral da Abelheira (UOPG 8)	-	Não executada	0%
	Azueira/Livramento/Bandalhoeira (UOPG 10)	-	Não executada	0%
	Gradil (UOPG 11)	-	Não executada	0%
	Vila Franca do Rosário (UOPG 12)	-	Não executada	0%
	Igreja Nova (UOPG 14)	-	Não executada	0%
	Alcainça/Arrifana (UOPG 15)	-	Não executada	0%
	Milharado/Tituaria (UOPG 16)	-	Não executada	0%
	Póvoa da Galega (UOPG 17)	-	Não executada	0%
A.5.	PU para o espaço de desenvolvimento – Enxara dos Cavaleiros	-	Não executada	0%
A.6.	PP de salvaguarda para a zona do Palácio/Convento: Promoção da candidatura do Palácio a património da UNESCO	2025/2030	Em execução	50%

A.7.	PP de salvaguarda para o centro histórico da Ericeira/Ericeira Centro	-	Não executada	0%
A.8.	Projeto de arranjo urbanístico da frente do Palácio/Convento de Mafra	2015	Executada	100%
A.9.	PP de reabilitação urbana para a Vila Velha de Mafra: Delimitação de unidades de execução	-	Não executada	0%
A.10.	PP da Chanca	-	Suspensa	75%
A.11.	PP de intervenção em espaço rural da Tapada Nacional: Delimitação de unidades de execução	-	Suspensa	25%
A.12.	PP de intervenção em espaço rural da envolvente do Penedo Lexim: Delimitação de unidades de execução	-	Não executada	0%
A.13.	PP de intervenção em espaço rural da área de regadio tradicional do Vale do Rio Lizandro: Delimitação de unidades de execução	-	Suspensa	25%
A.14.	PP da Foz do Lizandro	-	Suspensa	25%
A.15.	PP de São Lourenço	-	Não executada	0%
A.16.	Estudo de gestão da paisagem	-	Suspensa	25%
A.17.	PE de gestão dos valores naturais	-	Suspensa	25%
A.18.	Implementação do POOC – planos de praia	2016	Executada	100%

[*] Em execução; Suspensa; Executada; Não executada

[%] 25% / 50% / 75% / 100%

B - Redes de infraestruturas

No que concerne às redes e infraestruturas, estava programado em sede de PDMM um conjunto de obras relativas à beneficiação da rede viária interna, à rede de iluminação pública, e aos sistemas de águas residuais.

Neste sentido, a taxa de execução das ações previstas do plano de ação das redes de infraestruturas, são analisadas na seguinte tabela, destacando-se a necessidade de execução de algumas vias estruturantes internas, que constituem espaços canais na planta de ordenamento do PDM:

Tabela 3: Avaliação da execução das ações previstas no plano de ação da rede de infraestruturas.

Programa de Execução do PDM2015 [Plano de ação da rede de infraestruturas]		Execução		
		Data de conclusão	Estado [*]	Taxa [%]
Ações previstas				
B.1.	Implantação da via entre a EM 549 e o acesso à Quinta das Pevides zona poente (Mafra) - B.2	-	Não executada	0%
B.2.	Implantação de variante entre a CRIMA e a rua Dr. José Augusto de Oliveira Cristóvão (Mafra/Casal do Outeiro) - B.2	-	Não executada	100%
B.3.	Implantação de variante entre a A21 e a EM 538 (V. Pinheiro) - B.4	-	Não executada	0%
B.4.	Requalificação da EN 116 (Salgados – Seixal)	2018	Executada	100%
B.5.	Requalificação da ER 247 (Carvoeira – Foz do Lizandro)	2019	Executada	100%
B.6.	Requalificação da ER 247 (Ribamar – C. São Lourenço)	2020	Executada	100%
B.7.	Construção, beneficiação e reparação dos sistemas de águas residuais			
	Sistema Murgeira/Barreiralva	Em curso	Em execução	75%
	Redes de coletores em diversas localidades	Em curso	Em execução	75%
	Sistema Carvoeira/Barril/Valbom	Em curso	Em execução	75%
	Sistema Chanca/Codeçal	Em curso	Em execução	75%
	Mini ecocentro	Em curso	Em execução	75%
	Rede de esgotos existentes	Em curso	Em execução	75%
B.8.	Beneficiação da iluminação pública			
	Construção de infraestruturas	Em curso	Em execução	75%
	Equipamentos	Em curso	Em execução	75%
B.9.	Reparação e beneficiação da rede viária			
	Viadutos, arruamentos, obras complementares	Em curso	Em execução	75%
	Ampliação do estacionamento da vila de Mafra	2022	Executada	100%
	Construção e ampliação do estacionamento	2023	Executada	100%

[*] Em execução; Suspensa; Executada; Não executada

[%] 25% / 50% / 75% / 100%

C -Espaços verdes ou de uso coletivo

A programação da rede de espaços verdes ou de uso coletivo, visa a interligação da Estrutura Ecológica Municipal (EEM) com os perímetros urbano, de modo a evitar hiatos na estrutura continua em solo urbano.

Estes espaços verdes correspondem a áreas de utilização pública e/ou áreas de proteção e enquadramento que cumprem uma função relevante de descompressão e equilíbrio do meio urbano, coincidindo com a EEM.

Apesar do investimento efetuado será necessário ponderar a execução destas áreas face ao horizonte do plano.

Neste sentido, a taxa de execução das ações previstas do plano de ação dos espaços verdes ou de uso coletivo, são analisadas na tabela seguinte:

Tabela 4: Avaliação da execução das ações previstas no plano de ação dos espaços verdes ou de uso coletivo.

Programa de Execução do PDM2015 [Plano de ação dos espaços verdes ou de uso coletivo]	Execução		
	Data de conclusão	Estado [*]	Taxa [%]
Ações previstas			
C.1. Consolidação da Estrutura Ecológica Municipal			
Beneficiação de jardins e arranjos paisagísticos	Em curso	Em execução	75%
Criação de espaços verdes em núcleos urbanos de nível II	Em curso	Em execução	50%
Criação de espaços verdes de uso coletivo ao longo da EN116	-	Não executada	0%
Construção, reparação e beneficiação de zonas verdes	Em curso	Em execução	50%
Requalificação e valorização das linhas de águas	Em curso	Em execução	25%
Requalificação de rios/ribeiras	Em curso	Em execução	25%
Manutenção de jardins e espaços de recreio	Em curso	Em execução	50%
C.2. Valorização do Palácio/Convento Nacional de Mafra			
Requalificação dos espaços de uso público	2015	Executada	100%
C.3. Valorização das zonas balneares (arranjos paisagísticos)	Em curso	Em execução	25%
C.4. Valorização da área de regadio do vale do rio Lizandro			
Requalificação da linha água e criação de estruturas de apoio à visitação	-	Não executada	0%
C.5. Valorização da Tapada Nacional de Mafra			
Criação de espaços verdes de utilização coletiva	-	Não executada	0%
C.6. Promoção do Penedo Lexim			
Criação de espaços verdes de utilização coletiva	-	Não executada	0%
C.7. Reestruturação do sistema urbano			
Requalificação de diversos espaços urbanos	Em curso	Em execução	50%
Reformulação de passeios pedonais	Em curso	Em execução	50%
C.8. Promoção de áreas de desporto, recreio e lazer			
Arranjos paisagísticos, através da manutenção de jardins e espaços verdes	Em curso	Em execução	25%
Construção, reparação e beneficiação de diversos parques de jogos e recreio	Em curso	Em execução	25%
C.9. Valorização de zonas turísticas			

Programa de Execução do PDM2015 [Plano de ação dos espaços verdes ou de uso coletivo]	Execução		
	Data de conclusão	Estado [*]	Taxa [%]
Ações previstas			
Arranjos das zonas balneares			

[*] Em execução; Suspensa; Executada; Não executada

[%] 25% / 50% / 75% / 100%

D - Equipamentos

A programação da rede de equipamentos visa a otimização e a universalização do acesso a serviços no âmbito do ensino, cultura, ação social e saúde, apoio ao turismo, entre outros equipamentos.

O domínio de ação relativo aos equipamentos abrange quatro grandes grupos, dos quais, o ensino, a cultura, a ação social/ saúde e outros equipamentos. A rede de equipamentos é um dos motores do progresso e um dos principais fatores que contribuem para a melhoria das condições de vida das populações e respetivos núcleos urbanos.

Embora o investimento municipal tenha sido significativo na construção da rede de equipamentos, este deverá ser reforçado face à aprovação de novas estratégias e programas relativamente às áreas da educação, ação social e desporto.

Neste sentido, a taxa de execução das ações previstas do plano de ação dos equipamentos, são analisadas na seguinte tabela:

Tabela 5: Avaliação da execução das ações previstas no plano de ação dos equipamentos.

Programa de Execução do PDM2015 [Plano de ação dos equipamentos]	Execução		
	Data de conclusão	Estado [*]	Taxa [%]
Ações previstas			
D.1. Equipamentos de Ensino			
Construção de 12 Escolas Básicas n.º 1/ Jardins de Infância (EB1/JI)	2011/2014	Executada	75%
Construção de 2 Escolas Básicas n.º 1 (EB1)	2011/2014	Executada	100%
Construção de 2 Jardins de Infância (JI)	2011/2014	Executada	100%
Adaptação de 2 Escolas Básicas n.º 1 (EB1)	2011/2014	Executada	100%
Construção de 2 Escolas Básicas n.º 2/3, em parceria com o Ministério da Educação e privados (EB2,3)	-	Não executada	0%
Construção de 1 Escola Profissional	2024	Em execução	50%
D.2. Equipamentos de Cultura			
Construção da biblioteca municipal de Mafra	-	Não executada	0%
Construção da biblioteca da Póvoa da Galega	2023	Executada	100%
Manutenção de diversas instalações culturais	2023	Executada	100%
D.3. Equipamentos de Ação Social e Saúde			
Construção centro de dia de Alcaíça	2016	Executada	100%
Construção Berçário/Creche/ JI da Malveira	-	Não executada	0%
Beneficiação do centro saúde Malveira/Venda do Pinheiro	2018	Executada	100%
Construção do centro de saúde da Mafra	2019	Executada	100%

Programa de Execução do PDM2015 [Plano de ação dos equipamentos]	Execução		
	Data de conclusão	Estado [*]	Taxa [%]
Ações previstas			
Construção do centro de saúde da Venda do Valador	2018	Executada	100%
Manutenção de habitações sociais	Em curso	Em execução	50%
D.4. Outros Equipamentos			
Beneficiação de instalações municipais	2022	Executada	100%
Manutenção de diversas instalações desportivas	Em curso	Em execução	75%
Construção do parque municipal de eventos e exposições	-	Não executada	0%
Construção do quartel de bombeiros da Malveira	2019	Executada	100%
Construção campo de jogos da Igreja Nova	-	Não executada	0%
Construção e manutenção de outros campos de jogos e recreio	2022	Executada	100%
Manutenção de cemitérios	Em curso	Em execução	75%
Ampliação do cemitério de Mafra	2024	Em execução	75%
D.5. Equipamentos de apoio ao turismo			
Requalificação do posto turismo da Ericeira	2017	Executada	100%
Recuperação do Palácio dos Marqueses de Ponte de Lima	2018	Executada	100%
Requalificação do museu da música	2024	Em execução	25%
Manutenção de apoios de praia	Em curso	Em execução	75%
Manutenção equipamentos de praia	Em curso	Em execução	175%
Requalificação da praia de Ribeira de Ilhas	2016	Executada	100%
Promoção da candidatura conjunta – convento, palácio e tapada nacional de Mafra	2019	Executada	100%
Promoção e desenvolvimento do restauro dos carrilhões	2020	Executada	100%

[*] Em execução; Suspensa; Executada; Não executada

[%] 25% / 50% / 75% / 100%

1.7. Recomendações

O 2.º REOT de Mafra reincidiu sobre a análise da evolução do território desde a entrada em vigor do PDM de 2015, no que se refere ao estado da evolução dos objetivos e linhas estratégicas, bem como uma análise do Programa de Execução do Plano. Para além do referido, teve também por base os indicadores utilizados no 1.º REOT, apresentado na Assembleia Municipal de 2021.

Enquanto instrumento de avaliação, o REOT desempenha um papel relevante neste contexto, na medida em que a elaboração deste documento permite apresentar orientações para a 2.ª revisão do PDM, face à necessidade de adequação das grandes opções estratégicas e da necessidade de adequação à evolução das condições ambientais, económicas, sociais e culturais.

De acordo com a análise realizada aos resultados obtidos nos indicadores referidos, será necessário repensar as grandes opções estratégicas ao nível do planeamento e ordenamento

do território de Mafra, nas seguintes temáticas, sendo apresentado nos quadros seguintes algumas medidas de base territorial e medidas específicas potenciais, por indicador:

- **Território e Sustentabilidade**, de modo a promover um modelo territorial que garanta a sustentabilidade social, económica e ambiental.
- **Economia e Emprego**, criar condições que reforcem a competitividade económica, em meio urbano e rural.
- **Habituação e Qualidade de Vida**, preservar e valorizar a qualidade de vida e o bem-estar da população, reforçando a atratividade residencial.
- **Mobilidade e Transportes**, melhorar a acessibilidade interna e externa.
- **Identidade e Património**, preservar o património natural e cultural.
- **Biodiversidade**, preservar e proteger os recursos naturais, através da conservação e valorização da biodiversidade no território.
- **Alterações Climáticas e Riscos**, incluir no planeamento do território a estratégia de adaptação às alterações climáticas.
- **Participação Ativa**, promover a participação da sociedade civil.
- **Operacionalização e Monitorização**, analisar e ultrapassar desafios para uma gestão urbanística programática na implementação do PDM.

Território e sustentabilidade

Promover um modelo territorial que garanta a sustentabilidade social, económica e ambiental para todo o território de Mafra.

Opção Estratégica: Território e sustentabilidade		
Indicador	Principais Medidas de Base Estratégica/ Territorial	Medidas Específicas Potenciais
1.1 Massas de água superficiais	Promover o aumento das áreas de massas de água superficiais	- Construção de açudes e bacias de retenção provenientes das águas pluviais
1.2 Superfície regada das explorações agrícolas	Promover ações de sensibilização e apoio aos agricultores, para soluções mais sustentáveis	- Criação de gabinete de apoio ao agricultor/ silvicultor
1.3 Espaços permeáveis em solo urbano	Analisar as categorias de solo urbano de Espaços Verdes e de Espaços Habitacionais (áreas a estruturar), de modo a repensar os perímetros urbanos	- Criação de espaços verdes de proximidade
		- Revisão de áreas de espaços habitacionais (a estruturar) e criação de futuros Parques agroalimentares
1.5 Área da RAN com agricultura	Promover ações de sensibilização com os proprietários	- Soluções compatíveis com a produção de alimentos, em solos da RAN
1.18 Imóveis classificados e em vias de classificação	Promover a classificação de imóveis com interesse patrimonial	- Propor imóveis com interesse para classificação -DGPC
1.19 Recuperação de muros (Mafra Requalifica)	Promover incentivos para a requalificação de muros de suporte em solo rústico, como contributo da salvaguarda dos solos com risco de erosão	- Aplicação de incentivos à recuperação de muros de suporte em solo rústico
1.20 Investimento municipal para promoção do património cultural	Definir uma maior percentagem do orçamento municipal, para o investimento do património cultural	- Aplicação percentual com a criação do Fundo Municipal de Sustentabilidade Ambiental e Urbanística
1.21 Sítios arqueológicos alvo de medidas de valorização, proteção e conservação	Promover a eficácia da regulamentação municipal	- Regulamentação municipal, para consulta à Comissão Consultiva, para efeitos de viabilização de operações urbanísticas

Economia e emprego

Criar condições que reforcem a competitividade económica, em meio urbano e rural, que permitam o crescimento do emprego e que crie um maior equilíbrio económico.

Opção Estratégica: Economia e emprego		
Indicador	Principais Medidas de Base Estratégica/ Territorial	Medidas Específicas Potenciais
2.11 Atividades económicas localizadas no corredor urbano central	Promover o aproveitamento de edifícios licenciados, para atividades económicas, como comércio e serviços, em rés-do-chão/ centros urbanos	- Promover a regulamentação dos edifícios localizados em centros urbanos, para alteração de comércio ou serviços
2.º Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território Estratégia para um desenvolvimento sustentável Ganho médio mensal	Promover o aumento do ganho médio mensal	- Procura de investidores nacionais/internacionais de clusters económicos de valor acrescentado
4.2 Empresas, por atividade económica	Promover a instalação de mais empresas no território municipal	
4.5 Exportações de bens, por tipo de comércio e tipo de bens	Promover a divulgação internacional	- Divulgação internacional das empresas com sede no município de Mafra
4.6 Importações de bens, por tipo de comércio e tipo de bens	Promover a diminuição das importações	- Promover reuniões com investidores para encontrar soluções de redução de dependência externa –exemplo a agricultura
4.7 Poder de compra per capita	Promover o aumento do ganho médio mensal	- Procura de investidores nacionais/internacionais de clusters económicos de valor acrescentado
4.11 População desempregada por Sexo e condição perante o trabalho	Promover a diminuição do desemprego no município de Mafra	- Promover a procura ativa de emprego
4.12 População desempregada por Sexo e nível de escolaridade mais elevado completo	Promover a diminuição do desemprego no município de Mafra	
4.13 Estabelecimentos de alojamento turístico por tipo	Promover o aumento da oferta de hotéis (3/4/5 estrelas), para o aumento do emprego no turismo	- Regulamentação municipal que favoreça a instalação de hotelaria (3/4/5 estrelas)

Opção Estratégica: Economia e emprego		
Indicador	Principais Medidas de Base Estratégica/ Territorial	Medidas Específicas Potenciais
4.17 Estada média nos estabelecimentos de alojamento turístico	Promover a atividade turística durante todo o ano	- Alargar a atividade turística a todo o ano de acordo com a Estratégia para o Turismo 2027
4.20 Alojamento Local e Empreendimentos Turísticos		- Qualificação dos recursos humanos
		-Regulamentação municipal que favoreça a instalação de hotelaria (3/4/5 estrelas)
		- Criação de rede de ensino e formação no turismo

Habitação e qualidade de vida

Preservar a qualidade de vida e o bem-estar da população, reforçando a atratividade residencial e assumindo como prioritária a reabilitação urbana, a colmatação de espaços intersticiais e a requalificação de vazios urbanos, sem prejuízo da necessidade de reavaliação da delimitação dos atuais perímetros urbanos.

Opção Estratégica: Habitação e qualidade de vida		
Indicador	Principais Medidas de Base Estratégica/ Territorial	Medidas Específicas Potenciais
2.2 Dinâmica da Regeneração urbana	Promover a regeneração urbana	- Divulgação dos incentivos
2.3 Edifícios, por localização geográfica, época de construção e estado de conservação	Promover a melhoria do estado de conservação dos edifícios	- Promover o aumento dos incentivos ao estado de conservação dos edifícios, nas freguesias mais necessitadas
		- Estudo de identificação dos edifícios mais necessitados, a divulgar aos proprietários
2.6 Carências habitacionais quantitativas	Promover a diminuição das carências habitacionais	- Promover a construção de mais habitação municipal
2.7 População residente	Promover o aumento da população jovem residente	- Promover a criação de mais habitação municipal
		- Promoção de emprego local
2.9 Compromissos Urbanísticos	Verificar as situações de compromissos urbanísticos existentes	- Incentivar à cedência para habitação a custos controlados e rendas acessíveis
1.20 Investimento municipal para a promoção do património cultural	Aumento do investimento na promoção do património cultural	- Aumentar o investimento no turismo

Opção Estratégica: Habitação e qualidade de vida		
Indicador	Principais Medidas de Base Estratégica/ Territorial	Medidas Específicas Potenciais
2.16 População residente nos alojamentos familiares de residência habitual e existência de sistema de aquecimento	Promover o aumento de alojamentos de residência habitual com existência de sistema de aquecimento eficientes	- Regulamentação e garantir a obrigatoriedade de apresentação de projeto de isolamento térmico e certificado energético
2.17 Espaços verdes urbanos per capita	Promover o aumento das áreas verdes	- Promover a reconversão de áreas expectantes em áreas verdes
2.18 Investimento do município em equipamentos desportivos, culturais e de lazer	Aumentar a percentagem de investimento no desporto, recreio e lazer	- Promover o aumento da oferta de lazer e recreio no município
2.21 Grau de desenvolvimento das UOPG	Promover o ajuste das UOPG	- Promover a redefinição das SUOPG, que parecerem desajustados
		- Aumento da infraestruturização e do investimento municipal, para outras áreas sociais, educação, mobilidade e património cultural
		- Redefinir os limites das ARU, por algumas não atenderem ao critério de evolução histórica dos núcleos urbanos
		- Apostar num estudo de centralidades territoriais e desenvolvendo-as e criando novos serviços, equipamentos e requalificação do espaço público
		- Definir a programação e os sistemas de execução, que sejam exequíveis e economicamente sustentáveis
3.1 Perímetros Urbanos, por nível hierárquico	Rever a consolidação do sistema urbano	- Repensar os perímetros urbanos
		- Melhorar as infraestruturas básicas, em situações de ordem funcional e estética, para melhorar a imagem urbana e aumentar a qualidade de vida.
	Aumento do investimento na melhoria dos sistemas de abastecimento e distribuição de água	- Promover a reabilitação de condutas em estado de degradação (1943 a 2002)
		- Reabilitação de reservatórios ou construção de novos com maior volume, para aumentar

Opção Estratégica: Habitação e qualidade de vida		
Indicador	Principais Medidas de Base Estratégica/ Territorial	Medidas Específicas Potenciais
3.6 Solo urbano a estruturar "infraestruturado", por nível hierárquico		as reservas de água potável no município
		- Incentivar o aumento da garantia de água segura através de sistemas inteligentes para controlo do abastecimento de água em modo remoto e para alerta às alterações da qualidade da água
	Promover a melhoria dos sistemas de saneamento de águas residuais	- Promover a reabilitação de coletores em estado de degradação, reabilitação de câmaras de visita, aumento da capacidade de sistemas elevatórios e implementação de rotinas de limpeza a coletores
		- Realização de estudos de ordenamento do território que permitam verificar a eficácia da rede de drenagem municipal
	Promover a implementação de rede elétrica subterrânea, relativamente aos serviços por cabo, em detrimento das atuais redes aéreas	- Realizar estudos urbanísticos em perímetro urbano e aglomerados rurais, para alteração da rede elétrica aérea a subterrânea

Mobilidade e transportes

Melhorar a acessibilidade interna e externa, continuando a apostar em espaços intermodais, reforçando a rede de transportes coletivos e a utilização de modos de transporte “suave”.

Opção Estratégica: Mobilidade e transportes		
Indicador	Principais Medidas de Base Estratégica/ Territorial	Medidas Específicas Potenciais
5.1 Proporção da população residente empregada ou estudante que utiliza transporte coletivo nas deslocações pendulares	Promover a orientação para estratégias vocacionadas para a mobilidade sustentável	- Promover um sistema de transporte multimodal, com maior rapidez, maior conforto e comodidade, numa rede de transportes públicos com ligação direta aos destinos da população residente no município de Mafra (Inquérito à população)
5.3 Proporção da população residente empregada ou estudante que utiliza modo de transporte individual nas deslocações pendulares		
5.4 Duração média dos movimentos pendulares (min) da população residente empregada ou estudante que utiliza modo de transporte individual por Local de residência	Promover a redução dos tempos de espera de transporte	- Promover o aumento das carreiras de transporte
5.6 Acessibilidade ao sistema de transporte público rodoviário	Aumentar a acessibilidade a circuitos de transportes públicos	- Aumento das linhas distribuidoras
5.7 Investimento do município na rede de transportes rodoviários	Aumentar o investimento na rede de transportes rodoviários	- Aumento do investimento em transporte público rodoviário
5.8 Vítimas de acidentes de viação	Reduzir a velocidade rodoviária dentro dos perímetros urbanos	- criação de zonas 30, dentro dos perímetros urbanos
5.9 Distância a estabelecimentos comerciais e empresas	Promover a concentração de áreas de atividades económicas e de serviços, em perímetros urbanos de proximidade	- Definir em regulamento e em plano, áreas destinadas a serviços e de atividades económicas
5.10 Percursos pedonais urbanos adaptados à inclusão de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida	Promover a adaptação dos passeios a pessoas com mobilidade reduzida	- Desenvolver um inventário de passeios aptos/ não aptos à circulação de pessoas de mobilidade reduzida
5.11 Estacionamentos públicos (Nível I e II)	Promover a redução de áreas de estacionamento extensivas, com impacto em meio urbano	- Realização de estudo para concentração de parques de estacionamento em zonas multimodais (estacionamento subterrâneo/silos)
5.12 Elementos de Acalmia de tráfego	Promover a redução da velocidade dos veículos em meio urbano e rural	- Criação de zonas 30 em solo urbano e rústico (aglomerados rurais/ edificação dispersa)

Opção Estratégica: Mobilidade e transportes		
Indicador	Principais Medidas de Base Estratégica/ Territorial	Medidas Específicas Potenciais
5.13 Postos de carregamento da rede de mobilidade elétrica	Promover o aumento da rede de carregamento de veículos elétricos	- Carregamento de veículos elétricos em zonas de estacionamento multimodal

Identidade e património

Preservar o património natural e cultural, reforçando a identidade do território de Mafra.

Opção Estratégica: Identidade e património		
Indicador	Principais Medidas de Base Estratégica/ Territorial	Medidas Específicas Potenciais
1.18 Imóveis classificados e em vias de classificação	- Promover o aumento dos Imóveis Classificados e em Via de Classificação, e o respetivo aumento de apoios ao restauro	- Avaliação do impacto visual sobre o Real Edifício de Mafra, com introdução de medidas de proteção aos eixos visuais da paisagem, pela definição da altura das edificações e outros elementos com impacto sobre a vista panorâmica, em determinados pontos do território.
1.19 Recuperação de Fachadas (Mafra Requalifica)	- Manutenção e aprofundamento do programa MafraRequalifica	- Desenvolver projetos tipo
1.20 Investimento municipal para a promoção do património cultural	- Defender e preservar o património local, as tradições e a memória, contribuindo para autoestima da população e sentimento de pertença a um território de elevado valor patrimonial e, por outro lado, contribuir para o crescente interesse de turistas e visitantes. - Aposta no turismo de aldeias, através da requalificação do edificado tradicional, e integração de alguns serviços básicos e comércio local diversificado para garantir a fixação da população	- Promover a revitalização das coletividades, através do surgimento de novas dinâmicas, ideias e iniciativas
1.21 Sítios arqueológicos alvo de medidas de valorização, proteção e conservação	- Aumentar o número de acompanhamento dos sítios arqueológicos alvo de medidas de valorização, proteção e conservação	- Desenvolvimento de uma plataforma de alerta arqueológico (SIG), que permita identificar quais as pretensões que terão obrigatoriamente de apresentar registo na plataforma mindePaper

Biodiversidade

Preservar e proteger os recursos naturais, através da conservação e valorização da biodiversidade no território, promovendo um modelo territorial sustentável, capaz de apostar nos serviços de ecossistemas.

Opção Estratégica: Biodiversidade		
Indicador	Principais Medidas de Base Estratégica/ Territorial	Medidas Específicas Potenciais
1.7 Conetividade ao nível do solo e do copado	- Promover a conetividade ao nível do solo e do copado	- Criação de áreas de espaços verdes de proximidade e alinhamentos de árvores
1.8 Serviços de ecossistemas	- Promover a valorização dos serviços de ecossistemas	- Desenvolver o regulamento do <u>Fundo Municipal de Sustentabilidade Ambiental e Urbanística</u> , de modo a promover a reabilitação urbana, a sustentabilidade dos ecossistemas e a prestação de serviços ambientais (sem prejuízo do município poder afetar outras receitas urbanísticas à criação, manutenção e reforço de infraestruturas, equipamentos e áreas de uso público)
1.9 Proporção de Superfície das Áreas Classificadas	- Promover novas áreas de interesse para conservação da natureza e da biodiversidade	- Criação de áreas de espaços verdes de proximidade
		- Promover a preservação dos valores ecológicos presentes nos habitats naturais e seminaturais, integrados na Rede Natura 2000, e potenciais no restante território, através da obrigatoriedade de apresentação do Relatório de validação de ocorrência dos valores naturais da área da pretensão, conforme regulamento do PDM, através da plataforma mindePaper
		- Promover o aumento das áreas classificadas, através do aproveitamento de áreas que apresentem interesse para a conservação ambiental e paisagística.
1.10 Investimento municipal para a proteção do meio ambiente e conservação da natureza	- Definir maior percentagem do investimento municipal para a proteção do meio ambiente e conservação da natureza	- Aplicação de percentagem do Fundo Municipal de Sustentabilidade Ambiental e Urbanística
		- Promover o investimento municipal para a proteção do meio ambiente e de conservação da natureza, focado em necessidades urgentes, como: -Recuperação das galerias ripícolas; -Redução das áreas de eucalipto;

Opção Estratégica: Biodiversidade		
Indicador	Principais Medidas de Base Estratégica/ Territorial	Medidas Específicas Potenciais
		<ul style="list-style-type: none"> -Melhoria da superfície das massas de água com bom estado/ potencial ecológico; -Criação de novos açudes/ albufeiras para retenção de massas de água; -Criação de novas áreas classificadas; -Substituição dos tipos de revestimento em solo urbano; -Recrutamento de recursos humanos para a manutenção constante das galerias ripícolas (sapadores fluviais) e de mais sapadores florestais remunerados
1.11 Recuperação das galerias ripícolas	- Promover o aumento da recuperação das galerias ripícolas em extensão e em domínio hídrico	- Aplicação de percentagem do Fundo Municipal de Sustentabilidade Ambiental e Urbanística
1.12 Florestas e meios naturais e seminaturais	- Promover ações de sensibilização com proprietários/ empresas	- Soluções de diversidade vegetal com autóctones
1.13 Proporção da superfície das Massas de água com bom estado/ potencial ecológico	- Promover uma maior fiscalização ambiental	- Fiscalização ambiental (com criação de carreira de sapador fluvial)
1.16 Área ocupada por eucalipto	- Promover a redução das áreas de eucalipto em 540,55ha, e promover ações de sensibilização com proprietários/ empresas	- Criação de gabinete de apoio ao agricultor/silvicultor
		- Promover a redução das áreas de eucalipto, conforme Portaria n.º 52/2019, 11/02, de modo a atingir os limites máximos a ocupar no município de Mafra
		- Desenvolvimento de um plano de transformação da paisagem

Alterações climáticas e riscos

Incluir no planeamento do território a estratégia de adaptação às alterações climáticas, na prevenção e redução de riscos naturais e antrópicos.

Opção Estratégica: Alterações climáticas e riscos		
Indicador	Principais Medidas de Base Estratégica/ Territorial	Medidas Específicas Potenciais
5.5 Movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante por Local de residência ou destino	- Promover a redução dos movimentos pendulares	- Promover a captação de empresas sede para o município, polos universitários diversificados, Hospitais, shopping com as marcas mais representadas em Portugal, Cinemas, entre outros, de modo a reduzir o número de deslocações dos residentes, redução dos gases de efeito de estufa e criação de postos de trabalho no município

Participação ativa

Promover a participação da sociedade civil, adotando metodologias participativas e contínuas ao longo do processo de elaboração da 2.ª revisão do PDM.

Opção Estratégica: Participação ativa		
Indicador	Principais Medidas de Base Estratégica/ Territorial	Medidas Específicas Potenciais
1.10 Investimento municipal para a proteção do meio ambiente e conservação da natureza	- Envolvimento da sociedade civil na definição do orçamento municipal	- Participação ao longo do processo de planeamento
1.20 Investimento municipal para promoção do património cultural		- Criar rubricas específicas para as áreas de atividade municipal com o envolvimento da população
2.12 Grau de desenvolvimento das UOPG	- Envolvimento de parceiros e criação de parcerias	- Criação de protocolos com os atores locais
		- Workshops/ reuniões de trabalho e parceria
5.7 Investimento do Município na rede de transportes rodoviários	- Envolvimento da sociedade civil na definição de estratégias	- Participação ao longo do processo de planeamento com o envolvimento da população em reuniões de esclarecimentos e de trabalho
5.13 Investimento do Município em medidas e infraestruturas para modos suaves		

Operacionalização e monitorização

Analisar e ultrapassar desafios para uma gestão urbanística programática na implementação do PDM, cujas dificuldades foram verificadas após a 1.ª revisão do PDM.

Opção Estratégica: Operacionalização e monitorização		
Indicador	Principais Medidas de Base Estratégica/ Territorial	Medidas Específicas Potenciais
2.12 Grau de desenvolvimento das UOPG	- Promover a execução do plano de forma programada e integrada	- Desenvolvimento de planos e Unidades de Execução
	- Promover a implementação de uma plataforma digital para monitorização do plano: Sistema de Monitorização do Ordenamento do território	- Atualizar e disponibilizar informação quantitativa, face à atividade municipal e a outras entidades (exemplo: INE, PORDATA) - Atualizar e disponibilizar informação qualitativa, assente em base cartográfica
3.11 Capacidade de acolhimento de habitantes em solo urbano, por nível dos núcleos urbanos	- Avaliar a necessidade de expansão urbana	- Restringir perímetros urbanos ou ampliar determinadas áreas, face à sustentabilidade do território
3.13 Capacidade de acolhimento de habitantes por aglomerado rural	- Avaliar a necessidade de redefinição/ criação de aglomerados rurais	- Delimitação de novos aglomerados rurais
3.16 Capacidade de acolhimento potencial de habitantes em áreas de edificação dispersa	- Avaliar a delimitação de áreas de edificação dispersa ou a sua revisão como aglomerados rurais	- Possibilidade de criação de novos parâmetros urbanísticos, face à criação das áreas habitacionais de nível IV
3.18 Capacidade potencial de espaços verdes, por nível hierárquico	- Avaliar os espaços verdes existentes, face à população existente	- Criação de novas áreas de espaços verdes integradas no conceito de infraestrutura verde
3.22 Capacidade de acolhimento potencial de empresas (em espaços de atividades económicas)	- Avaliar a capacidade do território para a instalação de novas empresas	- Criação ou reajustamento de áreas de espaços de atividades económicas
4.14 Capacidade de alojamento nos estabelecimentos de alojamento turístico por 1000 habitantes	- Avaliar a oferta turística	- Ponderar a criação de NDT em áreas específicas, para aumentar a qualidade da oferta
5.7 Investimento do Município na rede de transportes rodoviários	- Avaliar a construção da rede de infraestruturas viárias propostas	- Reavaliar a rede viária, face às dinâmicas de mobilidade, reavaliando a necessidade de manter ou não as propostas da 1.ª revisão do PDM
5.13 Investimento do Município em medidas e infraestruturas para os modos suave		